



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**29/08/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DECISÕES.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	2
2.2. DESEMBARGADORES.....	3
2.3. JUÍZES.....	4
3. JORNAL EXTRA	
3.1. JUÍZES.....	5
3.2. SEM ASSUNTO.....	6
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. DECISÕES.....	7 - 8
4.2. JUÍZES.....	9
4.3. SEM ASSUNTO.....	10 - 11
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. AÇÕES TJMA.....	12
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	13
6.2. CNJ.....	14
6.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	15
6.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	16 - 18
6.5. TURMAS RECURSAIS.....	19
6.6. VARAS CRIMINAIS.....	20 - 22

# Assassinato de motoqueiro revolta a população da Raposa



A Raposa parece estar mudando o comportamento, e mudando muito! Nos últimos dias, o tímido povo raposense, que antes aceitava a tudo calado, tem decidido não mais ser submetido à impunidade e a inércia das autoridades. Todas as esferas de Poder tem sido provocadas pela população, que busca um melhor desempenho da Prefeitura, dos 11 vereadores, da Justiça e das polícias Civil e Militar.

Na manhã desta terça-feira (27), centenas de mototaxistas fizeram uma manifestação contra os elevados índices de violência na cidade de Raposa, que aumentaram as estatísticas negativas com a morte do mototaxista, conhecido por toda população, como "Pit Bull".

O assassinato bárbaro de "Pit Bull" revoltou toda a cidade, principalmente, após

os comentários de que o assassino teria sido visto andando tranquilamente em vários pontos da cidade.

Na manhã desta quarta-feira (28), os mototaxistas voltaram a se reunir para uma segunda manifestação que pede, além de mais segurança na cidade, a prisão do assassino de "Pit Bull".

Quase mil motoqueiros, entre mototaxistas, amigos da vítima e populares revoltados com o clima de insegurança instalado em Raposa, manifestaram interditan-do a principal via de acesso ao município, a MA-203, por algumas horas, seguido depois à cena do crime que vitimou "Pit Bull", na zona rural da Raposa.

## REVOLTADOS COM POLÍCIA, COM A PREFEITURA E COM OS VEREADORES

A revolta do povo de Raposa não se dá, apenas, pela

morte de um pai de família querido pela comunidade e pelos colegas de trabalho. O Blog do Udes Filho conversou com diversas pessoas e contactou a falta de confiança da população de Raposa nos Três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Para parte da população, a Justiça e a Polícia Civil não desempenham um bom trabalho no município. São muitas as reclamações sobre a falta de investigação em casos de roubos, assaltos, arrombamentos e, principalmente, em relação ao tráfico de drogas, considerado por todos como o inimigo nº 1 da cidade de Raposa e causador da maioria dos outros crimes praticados na cidade.

No caso da Polícia Militar, a população reclama da falta de efetivo, poucas viaturas e a ausência de postos policiais em pontos estratégicos na cidade.

Outras pessoas ouvidas pelo Blog do Udes Filho culpam o a Justiça pela rápida soltura de marginais, que quando presos, logo retornam ao convívio da sociedade, para o terror dos cidadãos de bem.

O prefeito da Raposa e os vereadores são os mais criticados pelos cidadãos da cidade pesqueira. A falta de ação ou, até mesmo, de esboço de ação por parte do prefeito da Raposa em casos como os índices de violência que crescem assustadoramente, não estão sendo vista co bons olhos pela sociedade.

**Câmara "tetraplégica"**  
 Antônio Carlos de Aguiar Pereira, durante a manifestação pela insegurança na Raposa, na manhã desta quarta-feira (28), definiu a Câmara Municipal de Raposa, como a Casa dos Tetraplégicos (pessoas que sofrem de paralisia, não conseguindo mover os braços, as pernas e nem mesmo o tronco). Antônio Carlos explicou: "Meu amigo, teve manifestação de professores e nenhum vereador apareceu, já tivemos problemas com invasão de terras e nenhum vereador apareceu, agora estamos buscando Justiça pela morte de um companheiro e mais segurança para a cidade e nenhum vereador aparece. Para mim, todos os vereadores da Raposa são tetraplégicos", desabafou um motoqueiro.

# TJMA condena criador a pagar indenização

Criador pagará R\$ 5 mil a família de criança atacada por dois búfalos e teve graves lesões causadas por chifradas

**MATINHA** - A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão da Justiça de 1º Grau, que condenou um criador de búfalos a pagar indenização de R\$ 5 mil por danos morais à família de uma criança de 9 anos pisoteada pelos animais no município de Matinha, na Baixada Oriental Maranhense.

Ao se dirigir à escola, em agosto de 2011, a menina foi surpreendida por nove bubalinos que passavam pela rua, sem acompanhamento de vaqueiro ou outro responsável.

Dois búfalos atacaram a criança, que recebeu várias chifradas, ficando com graves lesões pelo corpo. O fato foi presenciado por pessoas que transitavam no local e o criador foi reconhecido pela identificação de ferro nos animais.

A vítima foi encaminhada ao hospital da cidade para atendimento médico, onde recebeu os primeiros socorros, sendo depois transferida para tratamento especializado. Devido às lesões, ela deixou de

frequentar a escola, ficando prejudicada no processo de ensino-aprendizagem.

Em sua defesa, o dono dos animais alegou que, após o fato enviou representante à casa da vítima, oferecendo apoio e se dispondo a atender às suas necessidades médicas (compra de remédios e serviços clínicos).

Ao analisar os autos, o desembargador Jamil Gedeon (relator) destacou o Artigo nº 936 do Código Civil, no qual está previsto que "cabe ao dono ou detentor do animal ressarcir o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior".

Quanto à indenização de R\$ 5 mil por danos morais, o desembargador entendeu como razoável o valor arbitrado pelo juiz da Comarca de Matinha, Duarte Ribeiro Souza.

Já em relação ao dano material, Jamil Gedeon frisou que este não foi demonstrado pela vítima. O voto do relator foi acompanhado pelos desembargadores Vicente de Paula e Lourival, membros da Câmara Cível.



O desembargador Jamil Gedeon destaca normas do Código Civil

Divulgação

**Estão circulando** os convites para a Sessão Solene de Posse do advogado Ricardo Duailibe no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, dia 13 de setembro, às 10h.

**Tem mais:** a solenidade será antecedida por um ato religioso na Catedral Metropolitana de São Luís, onde, às 8h30, será rezada missa em ação de graça.

# Semana de Valorização da Magistratura é levada ao Tribunal de Justiça

Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) apresentou ontem, em sessão extraordinária do TJMA, o vídeo *Antes de julgar, é preciso conhecer*

**E**m sessão administrativa extraordinária no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Gervásio Santos, apresentou ontem a juízes, desembargadores e servidores o vídeo *Antes de julgar, é preciso conhecer*, que marca a Semana de Valorização da Magistratura, que se estende até amanhã. Na ocasião, ele explicou que o vídeo – que tem duração de 9 minutos – foi lançado domingo (25), no canal da Amma no Youtube e já contabiliza cerca de dois mil acessos.

“A intenção é mostrar à sociedade um pouco do cotidiano do juiz sob uma nova ótica, um olhar para além da toga, mostrá-lo como um cidadão comum, que tem o seu papel para a construção de uma sociedade democrática”, destacou Gervásio Santos, que entregou ao presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, uma cópia do vídeo institucional.

O conselheiro Guilherme Calmon Nogueira da Gama, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que está em São Luís para conhecer o sistema socioeducativo no estado, parabenizou os magistrados do Maranhão pelo vídeo da Amma, exaltando o trabalho dos juízes maranhenses.

“Saio daqui com a certeza de que o Poder Judiciário do Maranhão tem cumprido o seu papel nesse tema tão sensível, que é o



Divulgação

Desembargadores assistiram ao vídeo apresentado pela Amma

atendimento socioeducativo, e isso se deve ao trabalho dos juízes de primeiro grau. Cumprimento todos os magistrados do estado em razão da importância de suas funções”, disse Calmon.

Também o desembargador Cleones Cunha, corregedor-Geral de Justiça, teceu elogios ao vídeo exibido pela Amma e disse que se orgulha da dedicação de juízes, como os retratados no vídeo, que enfrentam inúmeros desafios, como deixar o convívio da família para exercer o trabalho em suas comarcas.

**Semana** - A divulgação do vídeo institucional produzido pela Amma é apenas uma das atividades que serão desenvolvidas em São Luís e Imperatriz durante a Semana de Valorização da Magistratura.

Na noite desta terça-feira (27), os juízes Gervásio Santos, presidente da Amma, e Aureliano Ferreira, diretor de Prerrogativas, iniciaram no Uniceuma um ciclo de palestras para alunos do curso de Direito com objetivo de mostrar um pouco da rotina dos magistrados e sua importância para a manutenção do Estado Democrático de Direito.

As palestras tiveram continuidade ontem na faculdade Facam com explanações dos juízes Anderson Sobral e Aureliano Ferreira. Na Faculdade São Luís, a palestra foi proferida pelos juízes Ronaldo Maciel e Lavinia Coelho. Hoje, será a vez dos alunos da universidade UNDB receberem os juízes Frederico Feitosa e Aureliano Ferreira para palestra, às 17h30.

Os magistrados da Comarca de

## Ato público

**A Semana** de Valorização do Magistrado será encerrada amanhã (30) com o ato público *Diretas, Já nos Tribunais*, que acontecerá no Fórum Desembargador Sarney (Calhau), a partir das 10h30.

O evento é coordenado pela Amma, Associação dos Juízes Federais e Associação dos Magistrados do Trabalho da XVI Região (Amatra XVI), com o objetivo de sensibilizar a classe política e a sociedade para a aprovação da PEC nº 187/2012, de autoria do deputado Wellington Fagundes (PR/MT), que institui eleições diretas para a Presidência dos Tribunais.

Além dos deputados federais que integram a bancada maranhense, que terão franqueado o uso da palavra, o ato público também contará com a presença de lideranças associativas da magistratura de outros estados, alinhadas à mobilização pelas eleições diretas para os tribunais.

Imperatriz também estão mobilizados na Semana de Valorização. As palestras começaram a ser proferidas segunda-feira (26), em escolas da rede pública, com foco no papel do magistrado e a sua importância para a construção de uma sociedade democrática.

## Juízes timonenses recebem tablets para uso no cotidiano

Foi realizada no auditório do Fórum da Comarca de Timon a solenidade de entrega de tablets (computadores ultraportáteis) aos magistrados de Timon e de comarcas circunvizinhas.

A entrega foi realizada pelo presidente da Associação de Magistrados do Maranhão – AMMA, Dr. Gervásio Santos e pelo Diretor do Fórum de Timon, Dr. Rogério

Monteles da Costa.

O evento faz parte do cronograma de entrega traçado pela Associação dos Magistrados do Maranhão, que ficou responsável pela distribuição dos equipamentos aos magistrados, conforme acordado em solenidade realizada em São Luís no dia 8 de agosto, onde o desembargador Guerreiro Júnior, presidente do TJ-MA, fez a

entrega simbólica dos equipamentos ao Presidente da AMMA para serem distribuídos.

Os tablets do modelo IPAD 4, ajudarão os magistrados no desempenho de suas atividades diárias, pois todos possuem acesso à internet móvel pela operadora Oi (3G) e aplicativos que darão maior agilidade e mobilidade aos mesmos.



Casais homoafetivos já podem desenvolver vida familiar sem restrições

## “LEGAYLIZAÇÃO”

*A Procuradoria Geral da República - PGR opinou pela improcedência de ação proposta pelo PSC que questiona resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.*

# Procuradoria encaminha para o STF parecer favorável ao casamento gay

A procuradora-geral da República, Helenita Acioli, enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para opinar pela improcedência da ação proposta pelo PSC, em que o partido questiona a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que obriga os cartórios de todo o país a registrar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

O PSC, partido do pastor Marco Feliciano (SP), alega que o CNJ extrapolou sua competência administrativa e invadiu a prerrogativa legis-

lativa do Congresso Nacional, razão pela qual haveria violação ao princípio da separação dos poderes. A PGR, no entanto, entende que o STF já decidiu pela interpretação ampla e inclusiva ao conceito de família ditado pela Constituição Federal. Na visão de Helenita Acioli, o STF e o CNJ respaldaram o direito das minorias em cumprimento ao artigo 3º da Constituição Federal:

“Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV – promover o bem de todos, sem

preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, informa a procuradora no parecer.

“Trata-se, pois, de consolidar, por meio da uniformização de tratamento, o direito dos casais homoafetivos de desenvolverem a vida familiar”, conclui o texto.

Segundo o parecer, “entendendo que a aplicação da norma constitucional é obrigatória a qualquer órgão público, tem-se que o Conselho Nacional de Justiça, ao emitir

a Resolução ora impugnada, apenas exige que se consolide prática uniforme da norma constitucional conforme fora interpretada pelo Supremo Tribunal Federal. O ato do CNJ é, nesse viés, mero desdobramento da decisão da Corte”.

A Procuradoria interpretou ainda que a função do CNJ é controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, além de exigir que os tribunais e seus serviços auxiliares concedam direitos, nos termos da Constituição.

(PORTAL G1)

GILSON TEIXEIRA/IMP/D A PRESS



## Casas ao chão

### **Polícia Federal retira invasores de área da Anatel**

Cinquenta famílias foram despejadas, ontem, de uma área da Anatel, na Macaúba, por homens das polícias Federal e Militar. Tratores foram usados para derrubar os casebres (foto). URBANO

## REINTEGRAÇÃO

### Invasores de terreno na Macaúba são retirados pela PF

ARLEYSSON RODRIGO

Invasores do Residencial Nova Geração, que fica no bairro Macaúba, em São Luís, foram despejados pela Polícia Federal com o apoio da Polícia Militar na manhã de ontem.

Com seis meses de alojamento no local, as 50 famílias foram notificadas pelo oficial de Justiça para cumprimento judicial. O terreno pertence à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que entrou com uma ação de reintegração

de posse do terreno. Segundo contam os ocupantes, eles só invadiram o terreno depois de uma forte chuva ter derrubado o muro do terreno há mais de oito anos, e nunca a Anatel tinha se pronunciado, isso foi há quatro meses.

“Moro aqui há muitos anos e nunca tomaram nenhuma providência e agora que estamos aqui cuidando do terreno quem nos tomar, eles já chegaram a me oferecer uma casa se eu saísse daqui, mas não aceitei”, disse Marize Silva, de 52

anos, sobre proposta da Anatel. Uma das advogadas da união de moradores, Jeniffer Maciel, tenta defender a comunidade buscando na Justiça o direito a moradia.

“Já saiu uma liminar pelo juiz, mas estamos tentando quebrar a liminar, e o outro advogado tentou negociar com o juiz e estamos aguardando a resposta dele, mas, antes de sair a resposta, eles já estão destruindo tudo, mas nós iremos recorrer dependendo da resposta do juiz”, disse a advogada da união de moradores.

## JUSTIÇA

# 299 processos contra os militares em tramitação

A Auditoria Militar do Estado do Maranhão conta com um acervo de 299 processos em tramitação. São ações penais e cíveis de competência da Justiça Militar, sendo 194 penais relativas a delitos praticados por policiais e bombeiros, cujas condutas estão previstas no Código Penal Militar.

A competência da Justiça Militar abrange também o processo e julgamento dos crimes contra a vida, praticados entre militares, bem como o delito de lesão corporal praticado por militar contra civil.

A juíza titular da Auditoria Militar, Rosária de Fátima Almeida Duarte, ressalta que nos crimes de competência do Tribunal do Júri, no âmbito da Justiça Militar, o Conselho de Sentença é formado, exclusivamente, por oficiais da corporação. Já no crime de lesão corporal, o julgamento é proferido unicamente pelo magistrado,

sem participação do Conselho de Sentença.

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 24/2004, os crimes contra a vida praticados por policiais militares contra civil passaram a ser julgados pela justiça comum.

Ainda, segundo a magistrada Rosária de Fátima Almeida Duarte, existem dois conselhos de julgamento que exercem suas funções na Auditoria Militar: o Conselho Especial, com competência para julgar oficiais militares, e o Conselho Permanente, para julgamento dos praças.

A composição do Conselho Permanente é renovada a cada três meses, via sorteio, entre os oficiais da Polícia Militar. No Conselho Especial, cada composição é nomeada para atuar em um processo específico, que será instruído e julgado pelo mesmo Conselho, sempre com patente superior à do acusado.

## REFORMA POLÍTICA

# Mudanças mínimas e só a partir de 2016

Comissão maranhense levou a Brasília relatório da discussão realizada na Assembleia Legislativa. Porém, modificações no sistema eleitoral são bem discretas e não vão valer para o próximo ano

MARCUS SALDANHA

**A** Comissão Especial de Reforma Política da Assembleia Legislativa do Maranhão entregou, na última terça-feira (27), o relatório com propostas dos deputados maranhenses para o presidente da Comissão Nacional, Cândido Vaccarezza (PT). Mas, segundo o relator Rubens Pereira Jr. (PCdoB), infelizmente, a reforma será mínima e valerá apenas para as eleições de 2016 por falta de tempo hábil.

“Por parte da Assembleia, fica a sensação de dever cumprido, nós nos propomos a fazer o debate. Infelizmente, o Vaccarezza disse que essas mudan-



ças não se darão nas próximas eleições”, lamenta Rubens, que disse ainda ter arguido ao presidente da Comissão Nacional se a decisão não contrariava a vontade do povo, mas que ouviu como resposta que não há tempo hábil para fazer as mudanças.

Rubens ainda destacou sobre o trabalho da Comissão da qual é relator, que na legislatura passada o debate sobre o tema não chegou sequer a gerar um relatório. Para ele, agora cabe a pressão popular. “A gente faz a pressão da tribuna, pressão na entrega do relatório, mas definitivamente só terá alguma mudança no país com o povo nas ruas. Não descarto a hipótese de uma Constituinte. Por conta do prazo depois de outubro, não poderemos mudar a regra eleitoral”, defende o parlamentar, que acrescenta ainda que não gostaria que essa crise de legitimidade se perpetuasse. “Tem que mudar e qualquer sentimento de mudança terá o nosso apoio”, frisa o comunista.

No documento entregue à Comissão Nacional de Reforma Política em Brasília, onde de fato há muitos pontos ousados e inovadores, destaca-se o entendimento de que as modificações necessárias à reforma política transcendem aos limites de uma reforma legal. “Exige-se uma reformulação mais profunda na cultura política, inclusive do entendimento do papel dos representantes por parte dos representados, e sua correspondente ação institu-

**Relator da Comissão, Rubens Júnior, lamentou que as mudanças discutidas não vão estar valendo para 2014**

## » DEMANDAS DISCUTIDAS NO MARANHÃO

### **Confira a proposta da Assembleia Legislativa do Maranhão no relatório da Comissão Especial para Reforma Política da Legislação Eleitoral (Lei n. 9.504-97)**

- Racionalização das ações eleitorais, adotando rito único para as ações que visam a cassação de mandato eletivo e rito especial para as ações que tratam de propaganda eleitoral. As Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) e Recurso contra Expedição de Diploma (RCED) passariam a ter um só procedimento;
- estabelecer prazo para substituição de candidatos a cargos executivos que concorrem a sub judice, que teriam data limite para renunciarem;
- Imposição de condenação por litigância de má-fé nas ações eleitorais;
- Fim das coligações partidárias no sistema proporcional;
- Que sejam criadas cláusulas de desempenho para os partidos políticos;
- Que o voto passe a ser facultativo;
- Que haja limitação de mandatos dos membros do Poder Legislativo;
- Que seja revista a composição dos Tribunais Regionais eleitorais para que a OAB possa indicar os escolhidos pelo Tribunal de Justiça;
- Que haja maior rigidez na transferência do domicílio eleitoral;
- Que a propaganda eleitoral seja mais flexível, permitindo a livre manifestação do eleitor;
- Que seja proibida a utilização de carro de som;
- Que haja flexibilização das regras do debate eleitoral, permitindo que apenas os quatro primeiros candidatos possam participar do debate e os demais

sejam apenas entrevistados;

- Que haja antecipação do período de propaganda eleitoral;
- Que haja antecipação da análise dos registros de candidatura;
- Que toda cassação eleitoral leve a uma nova eleição.

**Financiamento de Campanhas Eleitorais**

- Fim do financiamento por pessoas jurídicas;
- Possibilidade de doação de cidadão com teto;
- Financiamento público de campanha

### **Lei dos Partidos Políticos**

- eu haja ampliação da competência da Justiça Eleitoral para julgar conflitos intrapartidários;
- Que seja criado o instituto da “janela partidária”, com a possibilidade de mudança de legenda em determinado período sem a perda de mandato por infidelidade partidária;
- Que haja uma democratização da vida partidária, com estabelecimento de mandatos e prazos para órgãos de direção partidária;
- Que as comissões provisórias tenham duração de apenas cento e vinte dias sob pena de dissolução, ficando impossibilitadas de participar das eleições.

### **Sistemas Eleitorais**

- Que haja separação dos partidos por blocos ideológicos;
- Que ocorra o voto distrital misto;
- estabelecimento do voto em lista mediante a democratização dos órgãos de direção partidária.

cional”, registra o documento que foi fruto de discussão na

Comissão Especial da Assembleia, que chegou a realizar um

seminário com especialista sobre o tema.

## Em Ribamar

# Tribunal de Justiça criará novas varas judiciais

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou Projeto de Lei que cria as Varas de Infância e Juventude e de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em São José de Ribamar.

**Pelo projeto** – que altera o Código de Divisão e Organização Judiciárias – as comarcas de Paço do Lumiar e Raposa voltam a ter atribuições da Infância e Juventude. A 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luis, por sua vez, continua com jurisdição apenas na capital.

Além de criar mais uma vara judicial em Paço do Lumiar, a nova legislação amplia a jurisdição das 1ª e 2ª Varas de Execução Penal de São Luis e da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, com alcance em toda a região da Ilha de São Luis.

"O objetivo é adotar uma política unificada da Justiça para os quatro municípios, com varas especializadas e jurisdição em toda a Ilha, a exemplo da de Interesses Difusos e Coletivos, cujo foco de atuação está também relacionado a questões



Guerreiro Júnior diz que o objetivo é adotar uma política unificada da Justiça

ligadas ao meio ambiente", explica o presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior.

De acordo com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, o projeto cria também cargos de juiz auxiliar e novas varas judiciais nas comarcas de Açailândia, Timon, Caxias, Barra do Corda, Chapadinha, Lago da Pedra, Barreirinhas e São Domingos do Maranhão. "Ele agora será encaminhado com as alterações à Assembleia Legislativa do Estado, para apreciação dos parlamentares da Casa", informa.

## TJMA criará novas varas judiciais em S. J. de Ribamar

O Tribunal de Justiça aprovou projeto de lei que cria as Varas de Infância e Juventude e de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em São José de Ribamar.

Pelo projeto – que altera o Código de Divisão e Organização Judiciárias – as comarcas de Paço do Lumiar e Raposa voltam a ter atribuições da Infância e Juventude. A 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, por sua vez, continua com jurisdição apenas na capital.

Além de criar mais uma vara judicial em Paço do Lumiar, a nova legislação amplia a jurisdição das 1ª e 2ª Varas de Execução Penal de São Luís e da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, com alcance em toda a região da Ilha de São Luís.

“O objetivo é adotar uma política unificada da Justiça para os quatro municípios, com varas especializadas e jurisdição em toda a Ilha, a exemplo da de Interesses Difusos e Coletivos, cujo foco de atuação está também relacionado a questões ligadas ao meio ambiente”, explica o presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior.

De acordo com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, o projeto cria também cargos de juiz auxiliar e novas varas judiciais nas comarcas de Açailândia, Timon, Caxias, Barra do Corda, Chapadinha, Lago da Pedra, Barreirinhas e São Domingos do Maranhão.

“Ele agora será encaminhado com as alterações à Assembleia Legislativa do Estado, para apreciação dos parlamentares da Casa”, informa.

# Governo e CNJ discutem ações para aplicação de medidas socioeducativas

O vice-governador Washington Luiz Oliveira e o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchoa, se reuniram ontem (28) com o membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Guilherme Calmon, e um grupo de juízes maranhenses para discutir ações visando ao fortalecimento do atendimento socioeducativo no estado do Maranhão.

Washington Luiz ressaltou a importância da visita dos membros do CNJ ao Maranhão para apoiar o Governo do Estado na adoção de providências para melhorar as unidades de atendimento socioeducativo. "O Estado já vem se dedicando na implementação de políticas de defesa dos direitos humanos, mas ainda há desafios que precisam da união de todos os poderes e também da sociedade civil para superarmos", observou.

Guilherme Calmon destacou que é necessário fortalecer ações junto aos setores do governo, do judiciário e da sociedade civil para a resolução de questões relacionadas ao cumprimento das medidas socioeducativas no estado.

Ele também frisou que o Maranhão terá, a partir do mês setembro, uma presença marcante no CNJ, com a nomeação do juiz maranhense



VICE-GOVERNADOR Washington Luiz e secretário Sebastião Uchoa com os juízes e integrante do CNJ

se Douglas Melo Martins, que assumirá o comando do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (DMF), um dos mais importantes órgãos do Conselho.

O secretário Sebastião Uchoa informou que o Governo do Estado, executará com recursos do BNDES, uma sé-

rie de obras com a finalidade de ampliar o trabalho nas unidades de atendimento socioeducativo.

Ao final da reunião, o vice-governador realçou a disposição do Governo para trabalhar junto com o judiciário na aplicabilidade das medidas socioeducativas em interlocução com os diversos setores da sociedade.

## Aqui tudo é Sarney

No Maranhão tudo se chama Sarney. O Fórum é 'Desembargador Sarney Costa', o Tribunal de Contas, até bem pouco tempo, era 'Tribunal Roseana Sarney Murad', a Maternidade é 'Marly Sarney' e o Convento, que era das Mercês, depois de uma violenta descangotada religiosa, virou Memorial José Sarney. Talvez que o Palácio Manoel Bequimão, sede do Poder Legislativo, só se chame assim porque ia ficar muito esquisito chamá-lo de Palácio Bequiney.

O cordão dos puxa sacos retesou tanto a corda, que em certa ocasião a própria governadora Roseana Sarney recomendou oficialmente a secretários e prefeitos que parassem de dar seu nome a logradouros públicos. A situação é tão complicada, que encontrar endereço em São Luís através de pedido de informação nunca dá certo. O informante pode responder dessa maneira:

- Vá pela Avenida José Sarney, dobre à direita na Unidade Integrada Sarney Filho, tome o ônibus da Vila Kiola Sarney, salte na altura da Maternidade Marly Sarney, ande a pé até o Conjunto Habitacional Sarney Filho e chegando lá pergunte a qualquer um onde fica o Fórum Desembargador Sarney Costa. É um pouco distante; portanto, é melhor pegar um ônibus intermunicipal na Rodoviária Kiola Sarney que fatalmente passará pelo Fórum do Trabalhador José Sarney e quando suas contas forem aprovadas no Tribunal de Contas do Estado encontrará bem próximo dali a Associação que procura. Se não achar é porque ela foi vítima de convênio.

Essa estranha situação deixa a gente intrigado, sem entender porque a Justiça está implicando com o fato de um pequeno município se chamar Edison Lobão. Afinal, Lobão é ministro das Minas e Energias, já foi governador e é também senador da República. E existe também um município chamado Senador José Sarney. E é melhor que mantenham esse nome antes que os puxas-saco comecem a chamar todos os logradouros e criem o Município Internacional Luís Fernando Silva. (JM Cunha Santos)



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 64/2013  
PROCESSO N° 28.415/2013**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n° 10.520/02, Lei Complementar n° 123/06, do Decreto Federal n° 5.450/05, dos Decretos Estaduais n° 26.645/10 e n° 24.628/08, Resolução n° 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO (SRP), Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, para Aquisição de equipamentos de medição, no dia 12/09/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís- MA. O pregoeiro informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**São Luís-MA, 26 de agosto de 2013.  
MAURICIO FERNANDES LIMA  
Pregoeiro Oficial do TJ/MA**



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 41/2013  
Processo n° 21.540/2013

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública a **SUSPENSÃO** do PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, LOTE ÚNICO, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), para Aquisição de Condicionadores de AR, para readequações do Termo de Referência.

Neste sentido, a abertura das propostas definida para o dia 29/08/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília) está cancelada, ficando para momento ulterior a definição de nova data, com a consequente publicação do aviso.

São Luís, 28 de agosto de 2013.  
Raulifran da Silva Costa  
Pregoeiro TJ/MA

  
ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.  
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau  
Cep : 65078-820 - São Luís - Ma.  
Fone : 31945493

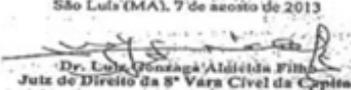
**EDITAL DE CITAÇÃO  
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO, JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, SE COSTEIA -----

**F A Z S A B E R** que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, ficam **CITADOS** **CLODOVALDO PEREIRA SALDANHA**, brasileiro, solteiro, pescador artesanal, portador da RG nº. 593892002 SSP/MA, e seu avulista **FRANCISCO PEREIRA LOPES VILHO**, brasileiro, solteiro, pescador artesanal, portador de RG sob o nº. 1046286991, que se acha em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da **ACÇÃO DE EXECUÇÃO FORÇADA**, em tramitação nesta Secretaria da 8ª Vara Cível, Processo nº. 13780-34.2012.8.10.0001, que lhe move **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A**. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente acção, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão acertos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o réu cientificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, nesta 8ª Secretaria Cível, Aos 7 de agosto de 2013.

Eu, **Anna Carolina Pinheiro Vale**, Secretária Judicial, mandei digitar e assinar, juntamente com o **MAG. JUIZ DE DIREITO**.

São Luís (MA), 7 de agosto de 2013

  
Dr. Luiz Gonzaga Almeida Filho  
Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Capital

  
ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
FÓRUM DES. SARNEY COSTA  
12ª VARA CÍVEL

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS**

Reg. Distribuição : 16290-56.2013.8.10.0001  
Denominação : Execução  
Parte(s) Exequente(s) : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNB  
Parte(s) Executada(s) : JOSENILSON MORAES  
Citando(a): JOSENILSON MORAES, com endereço incerto e não sabido.  
FINALIDADE: Citação da parte executada, acima nomeada para, no prazo de 03 (três) dias, pagar a quantia pedida na inicial devidamente atualizada, acrescida de juros legais, custas e honorários advocatícios, estes arbitrados no valor correspondente a dez por cento (10%), sobre o total do débito (Art. 20, § 4º, CPC), ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora suficientes para garantia do principal e seus acessórios, poderá ainda oferecer embargos no prazo de quinze dias. Poderá opor embargos no prazo da Lei. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. São Luís, 15 de agosto de 2013.

  
Sr. Sebastião Joaquim Lima Boffim  
Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível

# Turma Recursal de São Luís julga mais de 300 recursos na primeira sessão

*Primeiros julgamentos foram realizados na terça-feira (27) e vão até esta quinta-feira (29)*

Três juízes da Turma Recursal Cível e Criminal de São Luís julgaram, na terça-feira (27), 376 processos na primeira sessão da unidade recursal, instalada em abril deste ano no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. Ontem, outros 300 processos entraram na pauta de julgamento. Para a primeira sessão foram colocados em pauta processos físicos de 2008 a 2013.

Atuaram na sessão de terça-feira, os juízes Marco Antônio Netto Teixeira (presidente), Samuel Batista Sousa e Lucas da Costa Ribeiro Neto, primeiro suplente, que substituiu o juiz titular Manoel Aureliano Ribeiro Neto, que não pôde comparecer à sessão. Os trabalhos começaram às 8h e terminaram às 13h.

As sessões da Turma Recursal de São Luís ocorrerão sempre às terças, quartas e quintas-feiras e contarão com o juiz presidente, juntamente com dois juízes relatores; uma servidora que vai secretariar a sessão e um oficial de justiça. Os advogados assistem à sessão no plenário, podendo fazer sustentação oral.

Segundo o presidente da Turma Recursal de São Luís, Marco Antônio Netto Teixeira, nas três sessões da primeira semana, serão julgados aproximadamente 90% de todos os processos físicos. O restante ficará para a próxima pauta, quando serão extin-



**JULGAMENTOS DA TURMA Recursal de São Luís seguem até esta quinta-feira**

virtuais (Projudi). A expectativa, conforme o magistrado, é que até 19 de dezembro de 2013 todos os processos físicos, restando, aproximadamente, 17 mil processos virtuais judiciais a Turma Recursal tenha julgado pelo menos 10 mil processos virtuais.

Marco Antônio Netto Teixeira explicou, ainda, que após o julgamento e não havendo a interposição de recurso, os processos aguardam o trânsito em julgado, são devolvidos pela Turma Recursal e arquivados na comarca de origem. Em caso de apelação, serão enviados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para novo julgamento.

Atualmente tramitam na Turma Recursal cerca de 18 mil

processos cíveis e criminais. São processos físicos e virtuais do sistema Projudi, recebidos das cinco turmas recursais já extintas.

**Competência** – A unidade recursal da capital, que funciona no 5º andar do Fórum Des. Sarney Costa, tem competência para julgar recursos interpostos contra sentenças emitidas nos Juizados Especiais das comarcas da região metropolitana de São Luís e outras próximas da capital. São elas: Alcântara, Barreirinhas, Humberto de Campos, Icatu, Mata Roma, Morros, Primeira Cruz, Raposa, Rosário, Santa Rita, Santo Amaro do Maranhão, Paço do Lumiar e São José de Ribamar.

## Mutirão do júri acontece no município de Tuntum

De 20 a 22 de agosto, no município de Tuntum (a 365km de São Luís), o Ministério Público do Maranhão (MPMA) e o Tribunal de Justiça realizaram mutirão de audiências criminais e Tribunais do Júri, que ocorreram tanto no Fórum quanto na Câmara de Vereadores. O objetivo foi movimentar a grande quantidade de processos criminais existentes na comarca.

Além do promotor de justiça titular de Tuntum, Fábio Henrique Meirelles Mendes, atuaram nos casos os promotores de justiça José Carlos Farias Filho, da Comarca de Santa Luzia do Paruá, e Frederik Bacellar Ribeiro, da Comarca de Imperatriz.

Em 20 de agosto, o réu Marcos Fernando Matos e Silva, conhecido como "Careca", foi condenado a um ano e seis meses de reclusão, em regime inicialmente aberto, na Penitenciária de Pedrinhas. Do MPMA atuou no caso o promotor de justiça José Carlos Farias Filho.

No mesmo dia, Antonio Carlos Rodrigues da Silva, o "Carlinhos", foi sentenciado

do a 15 anos de prisão, em regime inicialmente fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Atuou no Tribunal do Júri, o promotor de justiça Fábio Henrique Meirelles Mendes.

O réu Avan da Silva Rodrigues, foi condenado, no dia 21, a uma pena de 12 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, a ser cumprida no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A tese de acusação foi feita pelo promotor de justiça Fábio Henrique Meirelles Mendes.

Igualmente, no dia 21, o réu João Cardoso Rodrigues, conhecido como "João do Leão", foi condenado a 14 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Do MPMA, atuou no processo o promotor de justiça Frederik Bacellar Ribeiro.

No dia 22, os acusados Edilton Monteiro Macedo e Vilson Alves Nogueira da Silva foram condenados, respectivamente, a 15 anos e seis meses e a 14 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O autor da acusação foi o promotor de justiça José Carlos Farias Filho.

Também em 22 de agosto, o réu Pedro da Silva foi sentenciado a 8 anos de reclusão, em regime inicialmente semi-aberto, no Complexo Penitenciário de Pedreiras. Pelo MPMA, atuou no júri o promotor de justiça Frederik Bacellar Ribeiro.

## Justiça em Amarante do Maranhão realiza julgamento

DIVULGAÇÃO

Sob a presidência do juiz Glender Malheiros Guimarães, foi realizada na última sexta-feira (23), em Amarante do Maranhão, sessão do Tribunal do Júri que teve no banco dos réus Raimundo Pereira da Cruz, acusado de crime de homicídio praticado contra Eurival Pereira da Silva. Raimundo foi considerado culpado e condenado a 12 anos de reclusão.

Segundo a denúncia, o crime acontece em agosto de 1999, no povoado Olho d'Água, no município de Amarante do Maranhão. Raimundo teria desferido, consciente e voluntariamente, um profundo golpe de facão no pescoço de Eurival. A vítima teve morte instantânea. Os jurados concluíram que o réu foi quem consumou o assassinato.

Glender Malheiros, que é o titular da comarca, negou ao réu o direito de recorrer da decisão em liberdade. Raimundo está foragido e o magistrado já expediu mandado de prisão. A pena do acusado deverá ser cumprida em regime inicialmente fechado.



### JÚRI É PRESIDIDO por Glender Malheiros em Amarante

O promotor de Justiça Carlos Augusto Ribeiro Barbosa requereu a condenação do réu, e a defesa optou por pedir a diminuição da pena do acusado, alegando que este tenha cometido o crime de homicídio privilegiado por violenta emoção.

Os jurados reconheceram a autoria do crime e a pena de Raimundo foi estipulada em 12 anos.

O réu deve cumprir a pena na Penitenciária de Pedrinhas.

Outro júri – Glender Malheiros já havia realizado outro júri na comarca no fim de julho. Os jurados entenderam, por maioria de votos, que Willa Almeida não teve a intenção de matar Mariano Ribeiro da Silva Guajajara. Como Willa estava preso, o juiz expediu alvará de soltura.

## 1ª Vara de Santa Inês realiza sessões do Tribunal do Júri

A juíza Denise Cysneiro Milhomem, titular da 1ª de Santa Inês, contando com o auxílio da juíza Mari-célia Costa Gonçalves, do Juizado Especial, está realizando uma série de sessões do Tribunal do Júri na comarca. O primeiro júri ocorreu no último dia 21, e os demais seguem até esta quinta-feira (29), na Câmara de Vereadores de Santa Inês.

No julgamento realizado no dia 21, o réu foi Rogério Martins Linhares. Ele estava sendo acusado de prática de crime de homicídio contra Valdevir do Nascimento Ribeiro. O caso aconteceu em julho de 2005, no povoado Aratauí, no município de Bela Vista do Maranhão, termo judiciário de Santa Inês.

Nesse julgamento, o Conselho de Sentença absolveu o réu por entender que ele não foi o autor do fato delitivo, mas o condenou pelo crime de ocultação de cadáver. Após detração penal, a pena aplicada foi de quatro meses e 19 dias de reclusão e dez dias-multa, cada dia multa no valor de 1/30 do salário mínimo.

Como a pena foi inferior a dois anos, foi concedido a Rogério Linhares o benefício da suspensão condicional da pena. Participaram do julgamento o promotor de Justiça Frank Teles Araújo e os advogados de defesa Augusto Carlos Costa e Geana Ribeiro Fernandes. A sessão que seria realizada nessa terça-feira (27), deixou de ser realizada em virtude do estoura da urna, ou seja, o não comparecimento do número mínimo de 15 jurados. O julgamento foi remarcado para o dia 8 de outubro.

Nessa quarta-feira (28), o réu Francisco de Assis Clementino foi acusado pelo crime de homicídio praticado contra Manoel Silva, em 05 de dezembro de 1996. Para encerrar essa série, na quinta-feira (29) tem o julgamento de José Domingos Caldas Silva, denunciado pela morte de Nicolau Raimundo de Sousa Neto, crime ocorrido em 06 de junho de 1997.